

A CRÍTICA AO CIENTIFICISMO EXPRESSADA PELA ANÁLISE DISCURSIVA DA COMPOSIÇÃO *QUEREMOS SABER*, DE GILBERTO GIL

Flaviane Faria Carvalho¹
Maria Carmen Aires Gomes²

RESUMO

Este trabalho teve o propósito de trazer à tona a crítica ao cientificismo presente na composição *Queremos Saber*, de Gilberto Gil. Com base na metodologia proposta pela Análise Crítica do Discurso, foram analisados sucintamente os processos de ordem social, refletindo sobre as representações discursivas, sociais e ideológicas, referentes às questões de hegemonia e poder. O resultado levou à reflexão acerca da ideologia pregada pela Ciência, bem como ofereceu subsídios para a transgressão do discurso unilateral, rumo à mudança e à dialogia social.

Palavras-chave: análise crítica do discurso, tropicalismo, ciência, gênero discursivo.

“Os cientistas são vistos como se fossem os proprietários exclusivos do saber, devendo fechar todas as cicatrizes do ‘não-saber’ e fornecer os bálsamos para as angústias individuais e sociais.”(Hilton Japiassu)

1. INTRODUÇÃO

O ano de 1967 provocou transformações de grande relevância no cenário conjuntural brasileiro. De acordo

com Simões Paes (1992), o regime militar introduziu novas restrições políticas internas, decorrentes do seu segundo governo, que começou em 1967 sob o comando do Marechal Costa e Silva. Ao mesmo

¹ Graduanda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Viçosa. Bolsista de Iniciação PIBIC/FAPEMIG.

² Professora Adjunta I de Língua Portuguesa e Lingüística do Departamento de Letras, da UFV. Doutora em Estudos Lingüístico - Análise do Discurso.

evidenciando um período de significativa diplomacia, principalmente com os EUA, que, desde a Guerra Fria, já injetavam capital no Brasil. Do mesmo modo, patrocinou o Golpe de 64, a fim de expandir a ideologia capitalista da sociedade de consumo. Em decorrência disso, verificou-se um acentuado crescimento no setor industrial e tecnológico brasileiro. O discurso tecnocrático justificava a realização dos objetivos da grande burguesia como se fossem de toda a Nação, sendo as novas diretrizes apresentadas como técnicas racionais, discurso este que ocultava a política de dominação.

Neste mesmo ano, surgiu o Tropicalismo, movimento cultural que revolucionou a Música Popular Brasileira, até então dominada pela estética da Bossa Nova. Liderado pelos músicos Gilberto Gil e Caetano Veloso, o Tropicalismo usa as idéias do Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade, para aproveitar elementos estrangeiros que entram no País, e, por meio de sua fusão com a cultura brasileira, criar um novo produto artístico. Também se baseia na contracultura, usando valores diferentes dos aceitos pela cultura dominante, incluindo referências consideradas cafonas, ultrapassadas ou subdesenvolvidas. Acompanhadas por guitarras elétricas, as canções causaram polêmica em uma classe universitária nacionalista, contrária às influências estrangeiras nas artes brasileiras.

Nesse tumultuado contexto, Gilberto Gil compôs “Queremos Saber”, objeto desta nossa análise. Envolvido num clima de censura, que oprimia qualquer tipo de pensamento ou de busca pelo verdadeiro saber, Gil questiona as implicações da ciência, a que se destina e a quem beneficia. É dentro dessa lógica que se observa a forte presença do ideal positivista, uma das influências da ditadura militar. Para João Ribeiro (1995), o positivismo, como doutrina e método, passou a enfrentar a sociedade através da “ordem e progresso”, que August Comte (1830) considera fonte principal de todo o sistema político. O Estado Positivo é, pois, o termo fixo e definitivo em que o espírito humano descansa e encontra a ciência. Segundo Aranha e Martins (1992), a confiança total na ciência valoriza apenas a racionalidade científica, como se ela fosse a única resposta às perguntas que o homem se faz e a única capaz de resolver os problemas humanos.

É desta perspectiva que esse breve ensaio pretende analisar o discurso da composição “Queremos Saber”, usando da Análise Crítica do Discurso com o objetivo de criticar e propor a reflexão acerca dos avanços do cientificismo, já que o poder da ciência de dominar a

matéria e de fazer coisas acarreta, nos não iniciados, uma atitude de submissão. Há todo um respeito admirativo em relação à linguagem científica, dotada de uma universalidade de direito, habilmente restringida aos iniciados. Seu esoterismo protege o segredo, sobretudo pela matematização e pela formalização.

2. Pressupostos Teóricos

Para uma eficaz compreensão da abordagem da Análise do Discurso, remontam-se algumas concepções básicas de alguns estudiosos da Linguística da Enunciação. De acordo com Bakhtin (1992), a língua está associada ao processo evolutivo e, por isso, é totalmente dinâmica. Desse modo, a palavra é vazia e só assume o seu conteúdo ideológico quando inserida em determinado contexto, sendo, portanto eminentemente social. Diante disso, Bakhtin critica Saussure por tratar o sistema linguístico como um fato objetivo externo à consciência individual e independente desta, concebendo a estrutura linguística limitada e imutável. O sentido da palavra flui, logo, a interpretação deste sentido é descentralizada e interativa (Bakhtin, 1929).

Segundo Benveniste (1989), a enunciação é constituída pelo próprio ato, pelas situações em que ele se realiza e pelos instrumentos de sua realização. O ato individual introduz o locutor no centro das condições necessárias para a enunciação. Esta é a marca da subjetividade: o “ego”, ou seja, o eu-locutor como protagonista da enunciação, também definida como um processo de apropriação: o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia para se posicionar enquanto tal. É dessa forma que o ato individual introduz aquele que fala em sua fala. É a partir dessa relação dialógica que se produz a relação interativa entre os índices de pessoa *eu-tu*. O tempo presente coincide com o momento da enunciação.

Em contrapartida, Pêcheux e Fuchs (1975) concebem a enunciação como a retomada e a recontextualização de discursos (interdiscursividade), em que o sentido se constrói no âmbito histórico ou social, selecionando o dito e rejeitando o não dito. Retomando Bakhtin (1929), o que caracteriza o sentido das palavras é a heterogeneidade, isto é, um processo lastreado na história das enunciações relacionadas com diferentes discursos que produzem uma multiplicidade de sentidos.

Para Foucault (1969), o discurso é um conjunto de enunciados que derivam de uma mesma formação

discursiva, sendo um modo de existência histórico-social da linguagem. Tais formações são constituídas de práticas sociais, que determinam sujeitos, objetos, situações, conceitos. Inseridas nas formações discursivas, aparecem as formações ideológicas, determinadas por atitudes, valores e representações. O texto, por sua vez, é a concretização e a manifestação verbal do discurso, cortado por uma teia de outros textos e discursos. O sujeito de um enunciado é um lugar determinado e vazio que pode ser ocupado por indivíduos diferentes.

Segundo Benveniste (1989), os acontecimentos históricos são apresentados como se narrassem a si mesmos, discurso caracterizado pela ausência de subjetividade. Tal colocação é, para Brandão (1998), contraditória, visto que toda enunciação é um ato de apropriação da língua em que há, necessariamente, a figura de um sujeito que pratica o ato de apropriação. Na concepção do sujeito descentrado, o sujeito é histórico e ideológico, e sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. O sujeito divide o espaço discursivo com o outro, no qual a subjetividade é relativizada no *par eu-tu*. Nesse caso, diferente de Benveniste, outras vozes falam na fala do sujeito.

Cardoso (1999) estabelece alguns conceitos básicos acerca de intertextualidade e interdiscursividade. A autora chama de intertextualidade a relação de um texto com outros textos, podendo ser explícita, quando é feita a citação da fonte do texto, ou implícita (considerada interdiscursividade por Fairclough), quando cabe ao interlocutor recuperar a fonte na memória. A interdiscursividade é caracterizada pela relação de um discurso com seu outro discurso, constituindo-se por uma relação de aliança, conflito e neutralidade aparente.

Diante desse quadro, a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) focaliza a importância da linguagem e do seu funcionamento na vida social, baseando-se no princípio de que o discurso é uma prática social. Nesse sentido, o discurso constitui o social e vice versa. Das teorias sociais críticas, é visível a integração das idéias discutidas por Gramsci (hegemonia ideológica), Althusser (a materialidade da ideologia por meio das instituições), Habermas (reestruturação da esfera pública) e Giddens (reflexividade dialógica). Da Linguística Sistêmico-Funcional, a interação metodológica com Halliday (texto como potencial de significados) e o sistema de escolhas, configurado no contexto de situação e de cultura.

O conceito de intertextualidade, apropriado de

Bakhtin por Kristeva (1986), é central para a Teoria Social do Discurso, sendo associado ao de hegemonia de modo produtivo. Para Fairclough (1992), a historicidade inerente dos textos torna-os capazes de exercer os papéis importantes de liderança da mudança sociocultural na sociedade. É proposta da ACD, portanto, não só mapear as alternativas e limites dos processos intertextuais dentro de determinadas hegemonias ou estados de luta hegemônica, mas também conceber esses processos e outros, de contestação e reestruturação das ordens do discurso, como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, simultaneamente afetando e sendo afetados por essa luta num sentido mais amplo. A intertextualidade também traz implicações para a constituição do sujeito através dos textos e para a contribuição das mudanças nas práticas discursivas para as mudanças na identidade social.

Além de responder ou incorporar outros textos, a intertextualidade pode incorporar relações complexas, como o gênero discursivo. Para Bakhtin (1929), o problema específico dos gêneros do discurso é que, de uma forma imediata, sensível e ágil, refletem a menor mudança na vida social. Fairclough (1992), diante disso, vai dizer que as mudanças históricas não só refletem as transformações sociais, mas também as constituem. Sob essa ótica, a noção de interdiscursividade torna-se fundamental, pois tem foco nas convenções discursivas, nas ordens do discurso. É a linguagem como prática social – que é limitada pelas convenções, como também à potencialidade para mudança e criatividade. Retomando a questão do gênero discursivo, Fairclough remonta que ocorre um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com um tipo de atividade socialmente aprovado, em processos de produção, distribuição e consumo.

3. Metodologia

A ACD tem como método de investigação a pesquisa qualitativa, pois se baseia em descrições analíticas de dados obtidos na realidade social. Caracteriza-se também como uma investigação interpretativa pelo fato de se pesquisarem processos da ordem do social, refletindo-se sobre as representações discursivas, sociais e ideológicas que se referem às questões de hegemonia e poder.

É válido ressaltar que a ACD não se preocupa apenas em descrever os textos, designados como produtos sociais, organizados e estruturados socialmente, mas também em interpretá-los e explicar

as relações de poder sustentados ou transformados por eles. A base metodológica deste estudo é fundamentada em Norman Fairclough, com o seu quadro tridimensional de análise, no qual três dimensões dos eventos discursivos se inter-relacionam simultaneamente:

a) o texto: É a descrição dos elementos lingüísticos. Falado ou escrito, remete-se à organização simbólica, expressando a organização da realidade do mundo, assim como a organização social dos sujeitos a partir dos conceitos de coerência, pertinência e relevância contextual. As categorias escolhidas neste estudo para a análise textual e discursiva são as seguintes: as metáforas, os verbos e os modalizadores.

b) a interação: É a dimensão da prática discursiva, que estabelece a organização da realidade social do sujeito, através das estruturas de regras das relações interpessoais.

c) o contexto: Fundamentado nas relações entre ideologia e poder, retrata as condições sociais de produção e interpretação a partir das práticas sociais. Refere-se à dimensão da ação social, que reflete a organização da realidade do mundo ou, num sentido mais amplo, o contexto cultural.

4. Análise Textual

Para Fairclough (1992), é o sistema de gêneros discursivos de determinada sociedade, numa época determinada, que condiciona as combinações e as configurações nas quais os outros elementos ocorrem. Gênero discursivo, então, é um conjunto estável de convenções o qual se associa a um tipo de atividade ratificada socialmente. Interessa aqui a sua encenação parcial configurada na poesia.

Expressão artística das mais belas e tocantes, a poesia é composta de palavras que formam versos, estrofes e que também formam o todo, que é o produto final do tema pensado. Além disso, deve conter dentro de si melodia, estética, métrica e ritmo. Seu propósito comunicativo é o de sensibilizar, no caso em questão, criticando de forma subjetiva, metafórica. É complicado precisar o que é poesia. Em sua obra *Poética*, primeiro texto ocidental sobre a poesia, o filósofo e pensador grego Aristóteles a define como imitação (*mimesis*) recriadora da natureza. Partindo de uma concepção mais contemporânea, Pedro Lyra (1992) conceitua a poesia como substância imaterial identificada com a transitividade do mundo. Segundo Todorov (1980), as palavras na poesia mantêm entre si um laço mais forte e mais estreito do que no discurso cotidiano; surgindo entre as palavras uma correlação

posicional: “As palavras, em poesia, iluminam-se com chamadas recíprocas” (Todorov: 1980).

Feitas as devidas considerações, passa-se, então, para o *corpus* a ser analisado.

Composição: Queremos Saber

Autoria: Gilberto Gil (1976)

Queremos saber, o que vão fazer
Com as novas invenções
Queremos notícia mais séria
Sobre a descoberta da antimatéria
E suas implicações
Na emancipação do homem
Das grandes populações
Homens pobres das cidades
Das estepes dos sertões
Queremos saber, quando vamos ter
Raio laser mais barato
Queremos de fato um relato
Retrato mais sério do mistério da luz
Luz do disco voador
Pra iluminação do homem
Tão carente, sofredor
Tão perdido na distância
Da morada do Senhor
Queremos saber, queremos viver
Confiantes no futuro
Por isso se faz necessário prever
Qual o itinerário da ilusão
A ilusão do poder
Pois se foi permitido ao homem
Tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam
O que pode acontecer
Queremos saber
Queremos saber
Queremos saber
Todos queremos saber

a) Texto: No que compete às metáforas, nota-se a presença marcante da palavra “saber”, vocábulo pertencente ao campo da educação, da informação, do conhecimento, isto é, saber como condição para se adquirir autonomia. Analogamente, “luz” e “iluminação” se referem à sabedoria, resgatando o período da história (século XVIII) chamado Iluminismo, marcado pelo domínio da razão como instrumento para interpretar e organizar o mundo, papel até então desempenhado pela Igreja. Simbolizando a população miserável do nordeste, “sertões” traz toda uma carga de exclusão, abandono, esquecimento.

Quanto aos verbos, o verbo *querer* indica a vontade de suprimir alguma necessidade. Obviamente, se queremos algo, é porque não o temos, no caso da composição, temos a necessidade do saber, visto que não o temos. O fato deste verbo (*querer*) estar no presente da 1ª pessoa do plural, pode ser explicado dentro da ótica de Benveniste (1989): eu só me assumo enquanto sujeito a partir do momento em que eu me posiciono, apropriando-me do aparelho formal da enunciação. Logo, todos querem se posicionar, fazer parte do discurso, sentirem-se incluídos – e não estarem à margem do processo. O mesmo vale para *quando vamos ter*, ao usar o verbo *ir* no presente da 1ª pessoa do plural para se posicionar e questionar quando todos poderão ter acesso às inovações tecnológicas.

No caso de *o que vão fazer*, podemos nos reportar para a noção da categoria de não-pessoa, em que o uso do verbo *ir* no presente da 3ª pessoa do plural indica a idéia de distanciamento do assunto. Ao utilizar o verbo *permitir* na forma de particípio (*pois se foi permitido ao homem*), parte-se do pressuposto de que já é um acontecimento estabelecido. Em *é melhor que todos saibam*, observa-se que o verbo *ser*, colocado na forma do imperativo, efetua uma ordem suavizada pela hipótese *o que pode acontecer*. Ou seja, o que num primeiro momento deveria ser recebido como ordem, passa a ser encarado como uma espécie de conselho.

No caso dos modalizadores, o uso do advérbio de intensidade *mais* qualificando o termo notícia (*queremos notícia mais séria...*) provoca certo estranhamento. Isso porque o gênero jornalístico notícia pressupõe seriedade. Esse estranhamento pode ser entendido ao recorrermos a Fairclough (1992), quando afirma que a mídia de notícias está no negócio competitivo de recrutar leitores e espectadores em um contexto de mercado – seja espetacularizando, seja omitindo fatos. Em *raio laser mais barato*, o mesmo advérbio é novamente usado para enfatizar que inovações tecnológicas são caras e por isso pouca gente tem acesso. O uso do modalizador *tão* acompanhando os adjetivos “carente”, “sofredor” e “perdido” intensifica a sensação de isolamento e angústia do homem no contexto do avanço da ciência. Por fim, o modalizador *todos* desempenha fundamental importância na composição. Acompanhando os verbos “querer” e “saber” (*é melhor que todos saibam(...)/ Todos queremos saber...*) enfatiza a necessidade de que toda a coletividade esteja incluída no processo do saber, do conhecimento, dos reais propósitos da ciência e de suas invenções para o bem comum.

b) Prática Discursiva: Há um entrecruzamento de discursos articulados no gênero poético. Dentre eles, predomina o discurso da ciência, fazendo alusão às *novas invenções*, à *descoberta da antimatéria*, ao *raio laser*,

ao *disco voador*. O discurso político fica evidenciado no trecho *a ilusão do poder*, referindo-se à corrupção do caráter dos governantes, iludidos pelo poder, preocupados com o benefício próprio em detrimento das questões sociais. Há também inferência do discurso religioso na expressão *da morada do Senhor*, traçando um paralelo crítico entre a crença na religião e a crença na ciência, na razão, na “iluminação do homem”.

c) Prática Social: A década de 60 está inserida num período de longa prosperidade do pós-guerra, quando um ritmo acelerado de crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico atingiu tanto o mundo capitalista quanto o mundo dito socialista. Em termos econômicos, um dos fatores fundamentais dessa prosperidade foi justamente a expansão das grandes companhias, favorecidas pela ação dos principais Estados capitalistas, especialmente pelos EUA. Historicamente, está associada com a consolidação da cultura de massa, cujo aparecimento dependeu da maneira como a sociedade de consumo integrou os veículos de comunicação de massa, limitou o seu alcance e os atrelou a suas diretrizes econômico-políticas. Em 1967, foi criada a Lei de Imprensa, que limitava a função política da imprensa, controlava a divulgação de informações, além de criar uma série de motivos para justificar a censura, a instauração dos processos ou a intervenção governamental. Os trechos *Queremos notícia mais séria/sobre a descoberta da antimatéria/e suas implicações* ou ainda *Queremos de fato, um relato/Retrato mais sério do mistério da luz(...)* trazem à tona tal prática social da mídia e dos veículos de informação. Numa sociedade onde o aparato tecnológico (*raio laser, luz...*) garante as comodidades da vida e o aumento da produtividade, esse mesmo aparato não pode ser contestado; questioná-lo é questionar tudo o que ele propicia, o que parece irracional. Portanto, a liberdade de se opor e de pensar diferente é tida igualmente como irracional.

Na sociedade industrial desenvolvida, os homens pensam numa única dimensão e as idéias contrárias ao pensamento estabelecido são repelidas em nome da razão. É desta perspectiva que repousa o positivismo – a ciência como única forma capaz de compreender a realidade – que, sob o viés de August Comte (fundador desta teoria), não admite senão deveres de todos para com todos; pois seu ponto de vista não pode comportar nenhuma noção de direito, constantemente fundada na individualidade. Também aí não há lugar para a liberdade de consciência. A consciência, para Comte, não determina sozinha o modo de existência prática, como não bastam as condições materiais de vida para definir a consciência. E a própria soberania popular é um termo vazio de

sentido em sua política positiva, onde a ditadura se exercita num despotismo espiritual e temporal, pois adota o princípio da força como fundamento do governo. Contudo, mesmo nessa sociedade, houve brechas para se imaginar uma realidade diferente, como a atuação expressada pelos jovens do movimento Tropicalista.

4. CONCLUSÕES

A censura instaurada pela Ditadura Militar e a difusão da ideologia positivista de que só a ciência é capaz de fazer previsões e transformar o mundo são criticados na composição *Queremos Saber*. As observações acerca dos verbos, modalizadores e metáforas são parte de uma prática social mais ampla, evidenciando um discurso que reivindica pela inclusão, pela participação, enfim, pelo acesso ao saber. Ao mesmo tempo, questiona as implicações das descobertas científicas e os fins aos quais se destinam.

Retomando a citação inicial deste trabalho, aproveita-se evidenciar a provocação feita por Gilberto Gil: se a ciência realmente dispõe da fórmula para solucionar todos os nossos males, porque ainda não resolveu problemas como a fome, o analfabetismo, ou a seca do Nordeste? Da década de 60 até os dias atuais, parece que pouca coisa mudou. Os frutos da tecnologia ainda não têm sido distribuídos de forma igualitária entre os homens. Constata-se, portanto, que o avanço na ciência não significou avanço no social.

O que não se pode fazer é assumir uma atitude passiva diante da concentração do saber e da ciência nas mãos de uma classe privilegiada, uma vez que tais instrumentos deveriam estar a serviço da humanidade. Daí a importância da ACD como instrumento para a mudança social. Partindo do pressuposto de que o discurso constitui o mundo social e esse mundo constitui o discurso, este último pode tornar-se simultaneamente um instrumento tanto de dominação como de mudança.

Compartilhando a teoria proposta por Fairclough (1992, 2001), acredita-se no papel imprescindível dos educadores no sentido de oferecer a seus alunos os recursos lingüísticos e discursivos necessários à autonomia, única forma de combater a hegemonia imposta pelo poder e pela mídia, pela busca do saber como único meio de se transformar a realidade. Aliada à teoria, o uso da arte é fundamental na produção do diálogo social, como se pode observar no decorrer desta análise. Afinal, a arte é a ferramenta que, subjetivamente, estimula a razão questionadora. E é justamente desta espécie de atitude filosófica que afloram os primeiros passos na transgressão das muralhas da inércia, rumo à ação emancipadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, M. L. de A., MARTINS, M. H. P. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992. 232p.
- ARISTÓTELES: **Poética**. Porto Alegre: Globo, 1996. 114p.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992. 196p.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989. 287p.
- BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas UNICAMP, 1998. 96p.
- CARDOSO, S. H. B. **Discurso e Ensino**. Belo Horizonte: Autêntica/ Fale, 1999. 95p.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Unb, 2001. 316p.
- JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975. 116p.
- LYRA, Pedro. **Conceito de Poesia**. São Paulo: Ática, 1992. 96p.
- MAGALHÃES, C. (Org). **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2001. 228p.
- PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60 - rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Ática, 1992. 95p.
- RIBEIRO, João. **O que é Positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 1995. 78p.
- TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1980. 305p.